

RANGEL, Ignacio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

*Resenhado por Sofia Oliveira Perusso<sup>1</sup>*

O livro “Economia: Milagre e Anti-Milagre” foi escrito por Ignacio Rangel, a pedido da Editora Jorge Zahar, com base em uma série de cinco conferências feitas pelo autor em 1955. Rangel foi um importante economista e burocrata brasileiro. Nascido em 1914, formou-se em Direito e ocupou diversos cargos governamentais, como chefe do Departamento Econômico do BNDE e chefe da equipe técnica do Conselho do Desenvolvimento. Aos 50 anos de idade fez parte do governo Goulart e, mais tarde, acompanhou de perto a economia de todo o período sobre o qual trata esta obra.

Lançado em 1985, esse livro trata dos 20 anos de ditadura militar com enfoque no desenvolvimento da economia brasileira, apresentando tanto seu período de crescimento intenso (Milagre) quanto o período seguinte, tido como consequência do primeiro, que pautou-se por uma crise econômica profunda (Anti-Milagre). A obra está dividida em 7 capítulos curtos, além de uma apresentação da obra, um prefácio e um epílogo. Ainda assim, justamente pelas vivências pessoais do autor e pela impossibilidade prática de isolar completamente certo período histórico, a

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela UFRGS

obra acaba abarcando, de certa forma, desde o período imediatamente anterior à ditadura, voltando até 1930 - grande marco do início da industrialização brasileira.

Ao escrever a obra, Rangel tinha como objetivo central produzir um livro simples e conciso sobre o período em discussão. Dentre os diversos temas e conceitos econômicos abordados, pode-se citar primeiramente a clara noção de que a economia funciona em ciclos, os quais determinariam a conjuntura e desenvolvimento econômico e que seriam os grandes vetores para o entendimento do Brasil e do contexto internacional. Dessa forma, ainda que o próprio autor admita que há resistência<sup>2</sup> em falar-se em ciclos, ao longo do livro há uma forte defesa da existência e importância desses fenômenos.

Outro ponto central é o destaque às mudanças jurídico institucionais que acompanham as dinamizações dos setores econômicos; nesse sentido, a tese defendida é de que cada ciclo econômico traz mudanças sociais que são coroadas por alterações no pacto fundamental de poder da sociedade, ou seja, altera-se quem é a classe dirigente dominante e quem é a em ascensão - uma vez que, segundo o entendimento do autor, sempre há essa divisão dual dentro da elite dirigente. Nessa linha, ele defende que a ditadura não foi um novo regime, mas sim uma tentativa de sustentação do, já decadente, regime “feudal-burgês”, o qual possuía como hegemonia: o latifúndio semifeudal.

Rangel não escreve o livro de forma completamente linear ou seguindo uma progressão cronológica dos acontecimentos, preferindo focar, separadamente, em cada um dos assuntos tidos como mais relevantes para a economia do período. Apresenta-se, então, em certo ponto da obra como crítico à lei da usura e, em outro, dá grande destaque ao tema da inflação e de seu combate, o qual suscitava (e suscita) importantes discussões no meio econômico. Dessa forma, acaba abordando uma variedade grande de aspectos econômicos e um grande período temporal, em poucas páginas. Contudo, a fraca demarcação da progressão do tempo pode trazer certa confusão ao leitor e, ainda que o livro se proponha a ser simples e em certo sentido introdutório, ele requer uma bagagem mínima na área para que se entenda a discussão em questão. Além disso, o autor trata extensivamente

---

2 Essa resistência está fortemente ligada a persistente recusa de encarar, durante os períodos de alta dos ciclos, que as crises (períodos de baixa) são inerentes ao sistema.

do período pré-ditadura, o que trás uma contextualização importante ao tema da obra, mas também acaba desviando excessivamente do período em discussão.

Outro importante tópico abordado é o da industrialização, junto do qual ele toca nos problemas de financiamento e na questão do estrangulamento externo para o processo de substituição de importações, ainda que não tenha tratado desse termo usando essa nomenclatura e nem tenha dado o mesmo foco que Maria da Conceição Tavares deu. Nesse ponto, o autor consegue exprimir bem a essência do processo de industrialização brasileiro e suas contradições, distinguindo as várias etapas e diferenciando claramente os momentos históricos (como quando havia foco na produção de bens não duráveis *versus* a de bens duráveis). Contudo, quando no capítulo IV, o foco se dá sobre o processo de substituição de importações, afirma-se que esse foi realizado de forma escalonada, setor após setor, sendo cada um deles correspondente a um ciclo completo. Dessa forma, o autor discorda abertamente da noção defendida por importantes teóricos do tema, dentre os quais a Tavares, de que o Processo de Substituição de Importações não pode ser visto como uma “construção de um edifício, a qual será feita um andar por vez”, mas sim, deve ser entendido como um movimento de avanços e recuos, que ainda que possua foco em um setor, acaba sempre atingindo e parcialmente desenvolvendo outros.

Ademais, Rangel defende que não houve intencionalidade na industrialização brasileira, tendo esta surgido espontaneamente por uma compulsão natural criada em consequência à situação internacional que nos levou automaticamente a fazer a substituição de importações, que seria um esforço “orgânico”. Essa linha argumentativa, ainda que bastante difundida na literatura, acaba solidificando uma visão de que não há políticas de Estado bem sucedidas no Brasil e nem projetos de desenvolvimentos bem aplicados, uma vez que nosso avanço teria se dado apenas em razão de fatores conjunturais e não de ações ou impulsos internos.

Sem dúvida, Rangel não defende completamente uma ideia de que o governo não tenha tido sua parcela de mérito nos resultados econômicos positivos no Brasil. De fato, ele aponta que a ditadura provavelmente acelerou o desenvolvimento brasileiro, além de ter sido responsável por impulsionar fortemente a industrialização. Todavia, há uma falha em não mencionar-se o preço político

do período, além do custo social gerado pela aumento da concentração de renda - ambas omissões explicáveis pelo período em que a obra foi escrita e lançada.

Como já mencionado, o autor defende de forma central que os ciclos econômicos são inerentes ao capitalismo e que, mesmo que o Brasil não faça parte do centro dinâmico mundial, os ciclos longos ou ciclos de Kondratiev também se inserem no país e na periferia mundial. Justamente por isso, é importante enxergar a ditadura dentro desse longo ciclo assim como levar em conta os ciclos menores internos, também chamados de Ciclos de Juglar - nascidos no Brasil a partir do capitalismo industrial, teriam duração de aproximadamente 10 anos (sendo os primeiros 5 anos de baixa econômica e os seguintes, de alta) e seriam caracterizados por uma forte regularidade.

Nesse sentido, o autor adiciona que a economia brasileira teria como importante característica o fato de se acomodar ativamente aos períodos de recessão, os quais seriam caracterizados por uma contração na capacidade líquida para importar e pela piora dos termos de intercâmbio; justamente por esse “acomodamento ativo” é que o Brasil é capaz de ter períodos de crescimento em ambas as fases do ciclo. Ainda assim, o autor faz importantes ressalvas, destacando que, mesmo com os ciclos, existem relevantes particularidades em cada país, além de haver vários fatores de incerteza, os quais inclusive atrapalham na previsibilidade do advento e do comportamento dos períodos de declínio.

Destaca-se, também, o comportamento anômalo (do ponto de vista ortodoxo) das taxas brasileiras de produção industrial e inflação (no período entre 1958 e 1963), o que contrariava claramente a explicação tradicional do excesso de demanda. Dessa forma, as receitas tradicionais para o problema não poderiam ser usadas e a solução proposta por Rangel é a de passar a entender a inflação como uma constante e com isso aprender a conviver com ela. Ou seja, ele não prevê que a inflação seria controlada, até porque não teria como saber do andamento do plano real e das políticas do final dos anos de 1990 quando escreveu a obra; contudo, seu conselho de que se passasse a, em certo grau, ignorar a inflação, não significa que ele não anteviesse um futuro de crescimento econômico.

Outra pauta central do livro, abordada destacadamente no capítulo VI, é o da correção monetária. Ela é vista pelo autor como sendo bastante natural,

ainda que na época de sua criação não se tivesse noção de seu impacto. Foi também através dela que possibilitou-se um aumento na arrecadação do Estado e a realização do Milagre. Além disso, ressalta-se a importância da correção monetária para o próprio sistema financeiro brasileiro. Conjuntamente a esse ponto, ele sutilmente trata do problema de financiamento da economia brasileira. Fala-se também do endividamento do período militar, todavia, a postura do autor é de justificá-lo, defendendo que o país deveria se preparar para pagar a dívida de forma a poder afirmar sua independência.

Dessa forma, buscou-se ressaltar ao longo dessa resenha que um dos grandes pontos positivos do livro é a descrição de certos variáveis econômicas que tiveram bastante destaques no período, a qual está acompanhada de exemplos teóricos e ocasionalmente autobiográficos - o que aumenta a clareza dos argumentos e tende a prender a atenção do autor por relacionar-se diretamente com a realidade (em oposição a colocar-se como apenas mais um manual de economia distante). Ainda assim, o autor possui uma posição pessoal um tanto confusa ao longo da obra, uma vez que ele escreveu um livro que além de ter um toque autobiográfico, ele se posiciona claramente ante as controvérsias na literatura, mas de uma forma em que alguns desses posicionamentos vão de encontro a outros apresentados na mesma obra. Mesmo que ele apresente vários de seus pontos de vista, mas acaba não tendo a chance de explorar os debates e, muitas vezes, acaba trazendo visões que apontam para crenças contraditórias. Como em sua defesa em princípio à reforma agrária, mas com recomendações de não efetivá-la, ou então sobre a necessidade de privatizar e estatizar certos setores, sem especificá-los.

Somado a isso tem-se a política como um elemento mais pontual do que normalmente utilizado na literatura sobre o período, despojando as medidas econômicas de seus vieses e obscurecendo os agentes e suas oposições. Essa impressão é aumentada, em certos pontos da obra, pela ênfase nos ciclos, ainda que o autor tenha buscado fazer ressalvas pontuais quanto à importância da ação humana. Portanto, trata-se de um bom livro que, no entanto, deixa a desejar em termos de proposição de debates nos tempos atuais. No período em que ele foi escrito, fez contribuições relevantes, como a defesa da noção de que os países de terceiro e segundo mundo constituíam-se como importantes mercados potenciais. Além

disso, era precisa sua previsão de que seria necessário, no pós ditadura, um grande investimento na modernização da infraestrutura do país (especialmente urbana), de forma a sanar necessidades históricas. Por último, seu otimismo em relação as perspectivas econômicas do país tinha razão de ser.